



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016.
(Do Sr. MANDETTA e da Sra. MARA GABRILLI)

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a CPD e a CTASP, com o intuito de debater as "Políticas de inclusão no mundo do trabalho de pessoas com doenças musculoesqueléticas".

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso III, do art. 24, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência seja realizada Audiência Pública Conjunta, com as Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), para debater as "Políticas de inclusão no mundo do trabalho de pessoas com doenças musculoesqueléticas", com a presença: do Dr. Alberto Ogata, representante da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV); de um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); de um Representante do Ministério da Saúde; de um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social; e de um representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

JUSTIFICAÇÃO

As doenças do aparelho locomotor implicam grave prejuízo na qualidade de vida de seus portadores. Além de causarem dores intensas e que tendem a se tornar crônicas, prejudicam a mobilidade e a autonomia da pessoa.

Nas últimas décadas o tema assumiu maior relevância, principalmente em face da epidemia mundial das doenças osteomusculares



relacionadas ao trabalho, as LER/Dort. Em paralelo, e também como consequência disso, houve ainda aumento considerável no número de diagnósticos de outros quadros osteomusculares, como a fibromialgia, entre outros.

O assunto vem sendo debatido nesta Casa há bastante tempo, com alta frequência, e algumas iniciativas legislativas já foram tomadas. No entanto, ainda pouco se logrou alcançar no que respeita à garantia de adequada inserção da pessoa com doenças musculoesqueléticas no mundo do trabalho.

Trata-se de tema pulsante e urgente. O que se vê, na prática, é que tais pessoas são rotineiramente discriminadas. Quando estão empregadas, sofrem pressões e correm maior risco de demissão. Quando desempregadas, tendem a ser preteridas quando da busca de nova colocação.

Nesse contexto, torna-se premente o desenvolvimento de políticas públicas para minimizar tal situação. É fundamental que se assegure a equidade também nessa situação.

Por esse motivo, proponho a realização da presente Audiência Pública conjunta, com o intuito de se elaborarem propostas de ações concretas.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 2016.

MANDETTA
Democratas/MS

MARA GABRILLI
PSDB/SP